

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

MEMORIAL PARA PROGRESSÃO A PROFESSORA TITULAR

MONICA RIBEIRO DA SILVA

CURITIBA
2019

MEMORIAL PARA PROGRESSÃO A PROFESSORA TITULAR

MONICA RIBEIRO DA SILVA

Memorial descritivo e comentado submetido à Banca Examinadora como parte dos requisitos para progressão para o nível E da carreira docente – Titular.

CURITIBA

2019

Comissão Examinadora

Profª Drª Vera Maria Vidal Peroni, Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Domingos Leite Lima Filho, Professor Titular da Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araújo, Professor Titular na Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira, Professor Titular na Universidade Federal do Paraná.

Suplente: Profª Drª Tânia Maria Baibich, Professora Titular aposentada da Universidade Federal do Paraná.

Agradecimentos

Meus especiais agradecimentos vão para os/as alunos e alunas dos cursos de formação de professores, da graduação ao doutorado, que ao longo desses anos foram sempre me desafiando a pensar possibilidades para a escola pública brasileira, sobretudo aquela destinada à formação da juventude e, também, para a formação de professoras/es. Neste agradecimento incluo todos/as os/as meus/minhas orientandos/as, do doutorado à iniciação científica, com quem aprendo sempre a me tornar professora e orientadora, e que me oferecem a generosidade de compartilhar em suas pesquisas minhas próprias inquietações.

A meus/minhas professores/as e orientadores/as que me formaram como pesquisadora da educação, e me apontaram caminhos, minha eterna gratidão. Meu especial afeto a Vera Teresa Valdemarin, José Vaindergorn, Bruno Pucci e José Geraldo Silveira Bueno.

Meu agradecimento muito especial a colegas de pesquisa que se tornaram grandes parceiros/as. Nas pessoas de Domingos Leite Lima Filho, Celso João Ferretti e Nora Rut Krawczyk agradeço a todos/as.

Agradeço à Comissão avaliadora deste memorial, Prof^a Dr^a Vera Maria Vidal Peroni, Prof. Dr. Domingos Leite Lima Filho, Prof. Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araújo, Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira, e Prof^a Dr^a Tânia Maria Baibich pela gentileza da leitura e contribuições.

Meus agradecimentos, também, às/aos colegas do Departamento de Planejamento e Administração Escolar e do Setor de Educação da UFPR com os quais estabeleci relações de convivência, de trabalho e de afeto ao longo dos últimos 25 anos.

Meus agradecimentos especiais à equipe que junto comigo formou o Observatório do Ensino Médio da UFPR. Nas pessoas da Ana Carolina Caldas, da Eloise Médice Colantonio e da Patrícia Stoski, agradeço a todas.

Dedicatória

Dedico essas memórias aos meus filhos Bruno, Gabriel e Alexandre que, em sua juventude, espelham os/as jovens brasileiros que iluminam e inspiram minha trajetória acadêmica e de lutas pela educação.

Ao José Luiz (*in memoriam*), pelo apoio incondicional e por me fazer acreditar.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

Sumário

Apresentação.....	7
1. Memorial descritivo das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão desenvolvidas entre 1994 e 2019.....	8
1.1 Atividades de Ensino.....	8
1.1.1. Docência na graduação e na pós-graduação.....	8
1.1.2. Orientações de Iniciação Científica, Trabalhos de Conclusão de Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado	9
1.2 Atividades de Pesquisa.....	10
1.2.1. Projetos de pesquisa concluídos	10
1.2.2 Projeto de pesquisa em andamento.....	19
1.2.3 A produção bibliográfica derivada das pesquisas	20
1.3 Atividades de Extensão.....	22
1.4 Atividades de Gestão.....	23
2. Comentários adicionais	24
Apêndices	31
Orientações e supervisões	32
Produção bibliográfica	38

Apresentação

Quando a humanidade se aliena da memória, esgotando-se sem fôlego na adaptação ao existente, nisto reflete-se uma lei objetiva de desenvolvimento. (T. W. Adorno. O que significa elaborar o passado)

A epígrafe remete à importância da memória, da elaboração do passado, do próprio ou da sociedade, ainda que nem sempre o mundo em que vivemos favoreça seu exercício. Foi municiada da convicção dessa importância, no entanto, que me pus a redigir este memorial. Me abstive de comentar os sentimentos mais íntimos que me foram gerando os mergulhos por dentro de mim mesma, ao recordar a trajetória profissional aqui descrita, jamais dissociada de meus percursos e desafios pessoais.

Partilho, neste texto, 25 anos da minha vida, parte do processo que me constituiu enquanto pessoa, professora e pesquisadora da educação. Busco, em um primeiro momento, fazer uma espécie de “prestação de contas” à sociedade e à Universidade brasileira que tanto me ofereceu e a quem busquei retribuir com meu trabalho, muitas vezes recorrendo ao sacrifício dos tempos de lazer ou de convívio com amigos e família, especialmente dos meus filhos. Na segunda parte do texto teço algumas breves reflexões acerca dessa trajetória, desde o momento em que começo a trilhar o terreno de minha formação e atuação profissional no campo da educação até os dias atuais. O sentimento de realização pessoal e profissional é extremamente gratificante, e bem sei que desse sentimento partilham os que me cercam.

Em tempos de ataques à Universidade pública, este memorial tem, ainda, por propósito, tornar público o que é a vida profissional nesta Instituição. Ainda que modesta, penso que minhas contribuições nas atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão universitária, aqui narradas, são ilustrativas das responsabilidades que assumimos e de sua relevância para a sociedade.

1. Memorial descritivo das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão desenvolvidas entre 1994 e 2019

1.1 Atividades de Ensino

1.1.1. Docência na graduação e na pós-graduação

As atividades de docência das disciplinas do Departamento de Planejamento e Administração Escolar (DEPLAE) são dedicadas à formação de profissionais da educação nos cursos de Pedagogia e nas Licenciaturas. O DEPLAE está organizado em dois grandes campos de conhecimento: Organização do Trabalho Pedagógico e Políticas e Gestão da Educação Básica, sendo ainda composto por algumas disciplinas “transversais”, como Educação e Trabalho e Tecnologias Aplicadas à Educação. Ao longo dos anos me dediquei ao ensino de disciplinas dos dois campos mencionados e, também, das consideradas transversais. Fazem parte desse elenco: Educação e trabalho; Organização do Trabalho Pedagógico na Escola; Currículo; Políticas Educacionais; Política e Planejamento da Educação Brasileira, além das disciplinas optativas, como Organização e Gestão do Ensino Médio e Profissional e Elaboração de Projeto de Pesquisa. A inserção na linha de pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-graduação em Educação fez com que a opção pelo ensino de matérias ligadas a esse campo se tornasse predominante e nelas tenho atuado desde então.

No Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), no qual ingressei no ano de 2003, a docência esteve vinculada, inicialmente, à linha de pesquisa Educação e Trabalho. Com a extinção dessa linha e migração para a de Políticas Educacionais, a docência se desenvolveu em duas frentes: a das disciplinas obrigatórias ou de formação mais geral nesse campo, como Pesquisa Avançada em Políticas Educacionais I (obrigatória no curso de Doutorado) e Avaliação de Políticas Educacionais (para mestrado e doutorado). Como integrante dessa

linha tenho me dedicado ao ensino, à orientação e à pesquisa sobre políticas para o Ensino Médio e Educação Profissional e políticas curriculares, objetos de estudo de minha dissertação de mestrado e da tese de doutorado.

Tenho conseguido, desse modo, articular esses campos de atuação na Universidade, o ensino e a pesquisa, e, em decorrência dessa possibilidade, as atividades de extensão realizadas partilham do mesmo objeto de estudo e trabalho. Considero que a formação inicial de professores nos cursos de graduação se enriquecem por meio do contato direto com profissionais da educação básica e seus estudantes, oportunizado durante a pesquisa e a extensão.

1.1.2. Orientações de Iniciação Científica, Trabalhos de Conclusão de Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado

Desde o credenciamento no Programa de Pós-graduação em Educação somam 21 dissertações de mestrado orientadas e 08 teses de doutorado. Em andamento são 2 dissertações de mestrado e 07 de teses de doutorado, quatro delas com defesa em março de 2020. A essas orientações se juntam uma supervisão de pós-doutorado concluída e outra em andamento, além das orientações de iniciação científica (19), trabalhos de conclusão de curso de graduação (02) e monografias de conclusão de cursos de especialização (06). As pesquisas orientadas foram, ao longo do tempo, privilegiando o tema que elegi como prioritário e sobre o qual tenho me debruçado há aproximadamente 30 anos, desde a realização do curso de mestrado: o Ensino Médio, lugar em que se formam as juventudes e, pelas mais diversas razões, etapa educacional negligenciada e tardiamente reconhecida como direito. As razões de meu interesse pela temática se tornam visíveis nos projetos de pesquisa que desenvolvi e desenvolvo ao longo dos anos.

1.2 Atividades de Pesquisa

1.2.1. Projetos de pesquisa concluídos

Optei por fazer, na descrição das atividades de pesquisa, os comentários mais detalhados acerca dos assuntos que têm orientado os demais campos com os quais tenho trabalhado na UFPR. Ao mesmo tempo, esse detalhamento, permite conhecer o desenrolar das políticas educacionais no Brasil, nos últimos 20 anos, sobretudo as relativas ao Ensino Médio, à Educação Profissional Técnica de Nível Médio e às políticas curriculares para essa etapa da educação escolar.

1994 a 1996. Título: A habilitação em supervisão escolar no contexto da atual divisão social e técnica do trabalho e da formação do pedagogo. A finalidade da pesquisa foi a de problematizar a formação do pedagogo, situando-a no contexto do trabalho em geral e da educação em particular. A intenção era conhecer as representações que os professores que atuam no curso de Pedagogia da UFPR faziam sobre o trabalho e a formação do pedagogo. O tema da pesquisa estava diretamente relacionado ao momento pelo qual passava o Curso quando do ingresso nesta Universidade, de intensos e acalorados debates, marcados pelo cenário nacional que discutia as finalidades da formação e atuação profissional do pedagogo. A pesquisa foi realizada em colaboração com a também recém ingressante no Departamento, a professora Maria Aparecida Zanetti, que analisava, no mesmo contexto, a habilitação em orientação educacional. Do questionário junto ao corpo docente restou derivada, dentre outras constatações, que haviam tantas compreensões sobre a formação e atuação do pedagogo quanto professores atuando no Curso. Da pesquisa restou, também, uma amizade, que aniversariou 25 anos de uma convivência repleta de respeito e amorosidade.

1994 a 1999. Título: Impacto das inovações tecnológicas sobre a educação do trabalhador em indústrias que usam procedimentos eletromecânicos em

Curitiba. Sob coordenação da Prof^a Dr^a Acácia Zeneida Kuenzer, a pesquisa se ocupou do estudo acerca das mudanças que vinham sendo demandadas para a educação/formação de trabalhadores devidas às transformações ocorridas nos processos produtivos ao final do século XX. A reestruturação produtiva, com a incorporação de processos microeletrônicos em substituição à base eletromecânica, bem como a reconfiguração dos modelos de gestão do trabalho impactavam essa formação e traziam novos requisitos de formação. A pesquisa deparou-se, ainda, com os modos como essas mudanças ocorriam em outros países e conformavam procedimentos de qualificação e requalificação profissional. Em muitos desses países estruturava-se um novo discurso, denominado “modelo de competências”. A generalização desse modelo para a educação não profissionalizante, tornada política curricular oficial para o Ensino Médio no Brasil ao final da década de 90, demandava estudo mais aprofundado. Disso decorre meu deslocamento a São Paulo e o tema de minha tese de doutorado realizado na PUC/SP.

1999 a 2003 – A Tese de Doutorado. A reforma educacional brasileira no contexto de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 93.94/96) elegeu uma aspecto particular que mereceria regulamentação por parte do recém criado Conselho Nacional de Educação. A produção de diretrizes curriculares nacionais para a educação básica. Para o Ensino Médio consolidava uma tendência: a de basear os enunciados das prescrições curriculares em termos de “competências”, e não mais dos conteúdos ou conhecimentos escolares. Desse modo, a tese “Competências: a pedagogia do ‘novo’ Ensino Médio” ocupou-se do estudo da reforma curricular para a etapa final da educação básica no Brasil, empreendida desde meados dos anos 90. O estudo se justificava pela necessidade de encontrar as razões das mudanças propostas, o modo como vinha se processado a composição do discurso oficial, bem como refletir sobre os prováveis impactos que tais proposições estariam causando sobre a escola e sobre a formação que aí se processava. As proposições em torno da organização curricular presentes no Parecer CNE/CEB 15/98

prescreviam que as escolas se orientassem pela noção de competência. O objetivo da Tese estava em investigar o significado que adquiria essa proposição no âmbito das prescrições normativas e, para isso, foram tomadas para estudo aprofundado as chamadas “Teorias da Competência”, em suas explicitações no campo da psicologia da aprendizagem, nas vertentes piagetiana e condutista, e na linguística de Noam Chomsky. Foram analisadas, também, as apropriações recentes dessas teorias pela Sociologia do Trabalho e pelo campo de estudos do Currículo. A partir daí, procedia ao estudo dos documentos oficiais produzidos com o fim de implementar a reforma curricular e discuti a hipótese de que a noção de competências, no interior dos dispositivos normativos, comportava um caráter instrumental e operacional que poderia sedimentar práticas educativas geradoras de uma formação voltada exclusivamente para a adaptação, em detrimento de uma formação crítica e reflexiva. Amparava a análise as contribuições advindas das leituras da Teoria Crítica da Sociedade. Por seu caráter instrumental e instrumentalizador, o chamado “modelo de competências” viabilizaria a sujeição da escola ao controle externo, seja no que diz respeito à subordinação às prescrições da política curricular local composta, em parte, por um discurso internacional, seja com relação à sua adaptação a propaladas mudanças no mercado de trabalho. A análise sustentava-se no pressuposto de que ocorria um duplo movimento na reforma educacional: por um lado, a produção de um conjunto de prescrições sustentadas em conceitos definidores da formação pretendida; e, por outro, que os modos como essas prescrições eram interpretadas e apropriadas pelas escolas compõem movimentos distintos que fazem com que as proposições da reforma curricular, quando lidas e interpretadas pelos professores, adquiram significados diversos em relação às suas formulações originais. Isso levava a inferir que a reforma curricular possuía alcance limitado, pois ao mesmo tempo em que produzia alterações nas práticas das escolas, seus dispositivos normativos eram reconfigurados por estas, produzindo significados distintos dos inicialmente aventados. Esse pressuposto indicava a necessidade de conhecer como estavam ocorrendo os processos de apropriação pelas escolas, dando margem a uma nova pesquisa, realizada após a defesa da Tese e retorno do período de afastamento à Universidade.

2003 a 2004: Título: Tecnologia, trabalho e formação: os caminhos da escola pública de ensino médio na cidade de Curitiba/PR – 1995-2003. A pesquisa teve como objetivo investigar os impactos que as proposições oficiais, de âmbito federal e estadual, relativas à reforma curricular do Ensino Médio, estariam causando sobre as práticas pedagógicas que se produziam no interior das escolas. Buscava analisar que tipo de mudanças a política curricular estaria produzindo sobre a organização do trabalho escolar bem como dimensionar seus significados para a qualidade do ensino ofertado. Os resultados da pesquisa ofereceram significativos recursos de análise para os estudos de implementação de políticas curriculares, dentre eles, que se opera um movimento de recontextualização por meio do qual as representações e as práticas que se formalizam no interior das escolas, em decorrência da leitura das prescrições curriculares oficiais, são mediadas por códigos que geram uma nova prática discursiva, produtoras de novos ordenamentos para o trabalho docente. Essas novas práticas discursivas carregam em si as tensões, os conflitos, as lutas de representação que se confrontam nos processos que dotam de sentido as práticas escolares. Subsidiava a interpretação dos dados obtidos junto a 52 escolas de Curitiba os enunciados de Basil Bernstein acerca do conceito de recontextualização.

2004 a 2012: Título: Educação geral e profissional: percursos da institucionalização do Ensino Médio Integrado. A pesquisa teve por finalidade analisar o processo de implementação da política denominada Ensino Médio Integrado, isto é, da organização curricular de forma a integrar educação geral e educação profissional, possível a partir do Decreto de nº 5.154/04. O campo para estudo empírico esteve circunscrito à rede estadual de ensino do estado do Paraná. A pesquisa se propôs a investigar de que modo estaria se viabilizando a integração entre educação geral e formação profissional em escolas situadas na cidade de Curitiba e região metropolitana, além de discutir os referenciais teóricos propostos para a referida integração curricular. As análises se desenvolveram a partir de dois eixos investigativos: o primeiro, relativo ao

aprofundamento teórico/conceitual que tomava como base analítica, dentre outras proposições, as relações entre ciência, cultura, trabalho e tecnologia. O segundo eixo investigativo referia-se à análise dos processos de implementação do Ensino Médio Integrado nas escolas da rede estadual paranaense. Dentre as conclusões da pesquisa vale destacar a presença, no conjunto dos cursos analisados, de uma frágil compreensão acerca da proposição que enunciava o eixo trabalho, cultura, ciência e tecnologia como princípios fundamentais da organização curricular integrada. Enquanto alguns cursos se aproximavam das formulações presentes nos documentos normativos produzidos pela Secretaria de Educação, outros não o faziam. Essa constatação foi possível ao se confrontar as formulações gerais presentes nas justificativas e objetivos dos cursos com as ementas das disciplinas propostas nos planos de curso. Uma das conclusões era a de que predominava, ainda, a justaposição entre formação básica e formação técnica, justaposição esta que a concepção do Ensino Médio Integrado pretendia superar. Outros aspectos encontrados durante a aproximação com o processo de implementação: o elevado índice de abandono dos cursos do Ensino Médio Integrado e o distanciamento entre as propostas oficiais e a percepção dos professores acerca dessas propostas. Entre 2007 e 2011 a pesquisa se desenvolveu articulada a outro projeto, intitulado Demandas e Potencialidades do PROEJA no estado do Paraná, sob coordenação do Prof. Dr. Domingos Leite Lima Filho e com financiamento pela CAPES, edital CAPES/PROEJA. Além da publicação de artigos em periódicos, da pesquisa resultou a coletânea *Ensino Médio Integrado: Travessias*. Da pesquisa CAPES/PROEJA resultaram, ainda, a organização de três livros.

2010 a 2015. Título: Pesquisa Juventude, escola e trabalho: sentidos e significados atribuídos à experiência escolar por jovens que buscam a educação profissional técnica de nível médio. A pesquisa, vinculada e financiada pelo Observatório da Educação da Capes (OBEDUC), se dedicou ao estudo das políticas para a educação básica, especialmente de Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio, tendo como foco central de análise os destinatários dessas políticas: os jovens, considerados sujeitos da experiência

escolar. Dentre as constatações oriundas da análise da implantação do Ensino Médio Integrado na rede estadual do Paraná foi identificado um quadro severo de desistência dos cursos. A partir dessa constatação é que derivou a problemática que pode ser sintetizada nas seguintes perguntas: Por que os jovens estariam abandonando a escola? Como encontrar respostas às questões suscitadas por esse contexto de abandono, tais como: o que os levaria a permanecer? Que sentidos atribuem à escola? Que relações estariam se firmando entre escola, juventude e trabalho? As políticas de escolarização da juventude têm se ocupado do enfrentamento do abandono escolar? De que forma? As indagações acima conduziram à identificação de uma necessidade no campo das pesquisas circunscritas ao Ensino Médio, qual seja, de uma perspectiva analítica centrada nas instituições (seus textos, discursos, práticas) para uma abordagem que privilegiasse os sujeitos desse processo. A pesquisa se desenvolveu, assim, com vistas a analisar os sentidos e significados atribuídos por jovens à escola e ao processo de escolarização e buscava relacionar esses sentidos e significados às razões de permanência ou de abandono da escola na última etapa da educação básica. Após um estudo aprofundado a partir de uma sociologia da juventude, que ampliou a compreensão acerca desse conceito/categoria, a pesquisa ampliou seu escopo com a extensão do campo empírico para dezenove escolas em Curitiba e Região Metropolitana a partir da realização de um *survey* junto a alunos do Ensino Médio noturno, profissional ou não. Esta ação contou com a participação de quase cinco mil jovens, com os quais foi possível uma aproximação acerca das razões do abandono e as razões da permanência escolar, bem como dos sentidos e significados que eles atribuem à escola. No momento seguinte, a partir dos dados iniciais coligidos, interessava ao grupo de pesquisa o contato direto com estudantes com vistas a aprofundar o conhecimento acerca das razões da permanência ou abandono escolar. A identificação de cursos/escolas com maior incidência de abandono ou de permanência levou à realização de processos de imersão dos pesquisadores, propiciando observação de campo e realização de grupos focais. Os resultados se encontram em duas dissertações de mestrado, uma tese de doutorado, além de relatórios de pesquisa e dos artigos que

compuseram o livro *Juventude e Ensino Médio*. Como resultado, ainda, da formação do grupo de pesquisa em torno da temática resultou a criação do Observatório do Ensino Médio, atualmente com instalações próprias dentro da UFPR e *website* próprio: www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br

2011 a 2016: Título: Ensino Médio e Profissional: Políticas e processos/ O Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) como política de indução à reestruturação curricular na última etapa da educação básica. Na esteira das iniciativas de reformulação curricular do Ensino Médio que vinham desde a LDB de 1996, a pesquisa teve como objeto de análise um programa do Ministério da Educação, realizado por meio de adesão das Secretarias Estaduais de Educação. Tinha como principal objetivo dimensionar o alcance da proposta de reestruturação curricular feita pelo ProEMI, e desse modo, foram analisadas as proximidades e distanciamentos entre os Projetos de Reestruturação Curricular (PRC) das duas mil escolas participantes do Programa em todo o país e as proposições dos Documentos orientadores dessa política; buscava, ainda, compreender a intersecção entre o Programa Ensino Médio Inovador e outras propostas como o Programa Jovem de Futuro do Instituto Unibanco e o Ensino Médio Politécnico da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul. Teve, também, por objetivo analisar o desempenho do fluxo escolar nas escolas que aderiram ao Programa, de seu início em 2009 até 2013, uma vez que os índices de reprovação e abandono no Ensino Médio permanecem alarmantes. Como forma de obtenção de dados, foi feito um levantamento junto a 893 escolas em todo o território nacional que participavam do Programa. Com base nas respostas obtidas por meio dos questionários respondidos por gestores e professores, bem como pela análise documental, a pesquisa chegou, de forma sintética, às seguintes conclusões: o ProEMI havia se tornado responsável por um processo de ressignificação da última etapa da educação básica e nele estavam contidas as bases para uma reformulação curricular do Ensino Médio, em consonância com as Diretrizes Curriculares exaradas pelo Conselho Nacional de Educação em 2012. Com relação às experiências relativas aos

estudantes, os professores apontaram uma melhoria no rendimento escolar com redução dos índices de reprovação e de abandono, o fortalecimento da autonomia e senso crítico nos educandos mediante 'maior contato entre os professores e alunos, a troca de experiências com outras áreas de estudo, a possibilidade de, através de vários projetos, transformar os alunos em protagonistas, em sujeitos da história envolvidos na busca pelo conhecimento'. A valorização do protagonismo juvenil é sublinhada por significativo número de docentes. As experiências relativas à configuração de novos tempos-espços pedagógico-curriculares que se destacavam, tais como a organização de planejamento coletivo semanal e planejamento por área, com acompanhamento de professor articulador, foram igualmente indicadas como resultantes da indução feita pelo ProEMI. Essa mudança na organização do tempo-espço do trabalho do professor também fortalecia sua formação continuada. A implementação do tempo integral do aluno na escola foi indicada por várias escolas, inclusive com jornadas de sete horas diárias e almoço na escola, como um fator relativamente positivo. Por outro lado, a experiência da jornada completa era mencionada, por outras escolas, como sendo responsável pela saída de jovens da instituição e busca por outra com jornada convencional. As análises realizadas permitiram concluir que se tratava mais de qualificar o tempo vivido na escola, com experiências de pleno significado para os jovens, do que propriamente da ampliação do tempo de permanência nela. Quanto ao espaço escolar, em alguns casos a infraestrutura física foi mencionada como inadequada, mas de modo geral as escolas indicavam um processo de melhorias com a aquisição de materiais pedagógicos, equipamentos tecnológicos e outras aquisições com recursos do ProEMI. O espaço educativo expande-se para além da escola com aulas de campo e outras atividades devidamente planejadas e integradas ao currículo, com certa frequência no entorno próximo à escola, fortalecendo a relação com a comunidade. As experiências relativas à organização do conhecimento evidenciaram maior integração curricular entre disciplinas e áreas de conhecimento, um dos objetivos do Programa. Essa pesquisa foi, em parte, realizada no âmbito de projeto financiado na modalidade bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq.

2015 a 2018: Título: Direito à educação e universalização do Ensino Médio: ações do poder legislativo federal em face da EC 59/2009 e das metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024. A pesquisa se desenvolveu no triênio 2016-2018 como projeto no âmbito da bolsa produtividade em pesquisa do CNPq (PQ). Teve como objeto de estudo o direito à educação e a universalização do acesso à última etapa da Educação Básica para os jovens de 15 a 17 anos. O ano de 2009 se instituía como marco histórico da base legal da educação no país quando da Emenda Constitucional (EC) nº 59 que tornara obrigatória a matrícula dos 04 aos 17 anos de idade, tendo sido definido o ano de 2016 para sua efetivação. Outro marco histórico diz respeito ao estabelecido na meta 3 do Plano Nacional de Educação, seja no que se refere ao cumprimento da obrigatoriedade dos 15 aos 17 anos, seja quanto à meta de ampliação do acesso para 85% dessa faixa etária no Ensino Médio, prevista para o final de sua vigência em 2024. Dada a condição histórica dessa etapa educacional, marcada pela seletividade e exclusão, tornava-se fundamental acompanhar os desdobramentos diante da proclamação dos direitos por meio da obrigatoriedade, da gratuidade e da universalização. Para a análise pretendida foram estabelecidos três eixos investigativos: políticas/proposições do Congresso Nacional que visavam à ampliação do acesso e qualificação da permanência dos jovens na escola; políticas/proposições do Congresso Nacional que visavam à melhoria das condições de oferta e qualidade; e políticas/proposições do Congresso Nacional com vistas ao incentivo à conclusão e terminalidade. Diante da finalidade de caracterizar a etapa escolar no período, um dos procedimentos compreendeu o levantamento e análise da matrícula entre 2009 e 2016 considerando as 27 unidades da federação. A fonte para este procedimento foram os dados do Censo Escolar da Educação Básica coligidos pelo INEP. No ano de 2017, a pesquisa debruçou-se, assim, especialmente, sobre esses dados com vistas a dimensionar a inclusão de jovens de 15 a 17 anos no Ensino Médio. Essa etapa se realizou por meio de estágio pós-doutoral feito na Unicamp, sob supervisão da Prof^a Dr^a Nora Rut

Krawczyk. A análise dos dados de matrícula evidenciou que houve significativa inclusão da faixa etária no Ensino Médio em todas as redes estaduais e na rede federal, bem como uma expansão expressiva da modalidade profissionalizante. De outra parte, o levantamento realizado junto aos bancos de dados do Congresso Nacional com vistas a conhecer as ações do legislativo federal em favor da garantia do direito à educação revelou uma preponderância de projetos de lei com o objetivo de promover alterações curriculares. O estudo junto à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal evidenciou que, após a Emenda Constitucional 59/2009, que determinou a obrigatoriedade escolar para a faixa etária de 15 a 17 anos, houve intensa atividade legislativa. No entanto, dos 334 projetos de lei que, de algum modo, poderiam contribuir para maior inclusão educacional na etapa, apenas seis foram convertidos em Lei. A investigação do teor das proposições mostrou sobreposições (muitas delas tratando do mesmo tema ou temas correlatos); restou evidenciado, também, o número expressivo de iniciativas que sequer chegam a ir a plenário ou que são arquivadas devido à mudança de legislatura ou à morosidade nas comissões obrigatórias. Outro aspecto identificado diz respeito ao caráter parcial das proposições, ora tratando de assuntos relativos à inclusão de disciplinas, ora de normatizar alguns aspectos referentes aos estudantes, ou a professores, ou a outra situação, sem que se tenha a explicitação de proposições com abordagens mais abrangentes capazes de tratar a situação do Ensino Médio de maneira menos fragmentada. Vale mencionar que, no campo da pesquisa em políticas educacionais, há uma predominância de estudos que recaem sobre ações do poder executivo, sendo bem menos frequentes estudos sobre o legislativo.

1.2.2 Projeto de pesquisa em andamento

Título: A Reforma do Ensino Médio com a Lei 13.415/2017: percursos da implementação nas redes estaduais e na rede federal de Ensino Médio. O projeto de pesquisa tem como objeto de estudo a reforma produzida por meio da Medida Provisória 746/16, convertida na Lei 13.415/17. Vários dos dispositivos normativos incluídos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96)

dependem, para que sejam implementados, de regulamentação no âmbito das redes estaduais e federal de ensino. É o caso da Base Nacional Comum Curricular, da oferta dos itinerários formativos, da atribuição de notório saber para a docência, da carga horária mínima da formação básica comum, das parcerias com o setor privado para oferta do itinerário de formação técnica e profissional, dentre outros. A pesquisa se ocupa do processo de regulamentação, bem como da análise dos documentos normativos exarados pelos Conselhos Estaduais de Educação, pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Ministério da Educação. Trata-se de projeto desenvolvido no âmbito da rede interinstitucional EMpesquisa – rede nacional de pesquisa sobre Ensino Médio, composto por Instituições de todas as regiões do País, com vistas a acompanhar o processo de implementação da reforma, produzir análises acerca desse processo e dos documentos oficiais exarados, bem como compor um banco de dados de acesso público aos dispositivos normativos. A organização da pesquisa nacional conta com cinco subgrupos, um em cada macrorregião. A rede Empesquisa encontra-se inscrita no diretório de grupos de pesquisa do CNPq, com sede na UNICAMP, e tem como líder a professora Nora Rutkrawczyk e como vice-líder a autora deste memorial. A formação da rede possui uma dupla finalidade, que merece registro: por um lado, articular pesquisadores em torno da temática do Ensino Médio e, por outro, acompanhar os desdobramentos de uma reforma que tem sido alvo de intensas polêmicas. O grupo local da rede tem desenvolvido pesquisas que privilegiam o estudo da relação público-privado no contexto da reforma do Ensino Médio e da produção da Base Nacional Comum Curricular; o processo de implementação do currículo e dos itinerários formativos; além do acompanhamento da produção de documentos que visam à normatização dos demais dispositivos presentes na Lei 13.415/17.

1.2.3 A produção bibliográfica derivada das pesquisas

Ao longo dos 25 anos de atividade na UFPR da produção bibliográfica constam 43 artigos publicados em periódicos, 35 capítulos em livros, 17 livros

organizados ou produção em monoautoria, além de 29 publicações de trabalhos em congressos nacionais e internacionais. Essa produção encontra-se listada no Apêndice e compõe um conjunto de pouco mais de 100 textos, a maioria deles sobre políticas de Ensino Médio e Educação Profissional e/ou políticas curriculares. Minha participação em bancas de qualificação e defesa de tese/doutorado, bem como na revisão de artigos para periódicos, me permite atestar que muitos dos textos publicados tornam-se referência para outras pesquisas, o que torna a atividade relacionada a essa produção ainda mais gratificante.

Da produção bibliográfica gostaria de ressaltar duas contribuições que considero de especial relevância. Em meio aos debates sobre uma reforma desencadeada por Medida Provisória (MP 746/16) e que significa grandes prejuízos para a juventude brasileira, sobretudo para a que frequenta escola pública e totaliza quase 90% da matrícula no Ensino Médio, marcada por ocupações de escolas e universidades e pelas manifestações contrárias por parte de entidades acadêmicas e político-organizativas, pude atuar como co-organizadora de dois dossiês, ambos publicados em meados de 2017. O primeiro, para a revista Educação & Sociedade, em colaboração com Eliza Bartolozzi, para a edição de número 139, integralmente dedicada a estudos sobre essa etapa educacional. Compõem o dossiê nove textos que sintetizam análises variadas acerca da reforma. O segundo dossiê, em colaboração com Leda Scheibe para a edição de número 20, volume 11, da revista Retratos da Escola traz, igualmente, estudos sobre esse processo e totalizam oito artigos. O conjunto dos textos oferece, sobretudo para pesquisadores e educadores, a possibilidade de conhecer com certo grau de profundidade a abrangência da Lei 13.415/17, aprovada em decorrência da MP 746/16, seja quanto aos seus significados para a reformulação curricular e consequente redefinição das finalidades e sentidos do Ensino Médio, seja quanto a outros aspectos da Lei, como as mudanças no financiamento e incentivo à interseção entre público e privado na oferta pública dessa etapa da educação básica.

Cumprimento mencionar, por fim, dentre as atividades acadêmicas relacionadas à pesquisa, o trabalho de revisão junto a periódicos e agências de

fomento. Considero a avaliação por pares e a emissão de pareceres de grande relevância, e tenho contribuído com várias revistas, dentre as quais destaco: Educação & Pesquisa (USP), Educação & Sociedade (CEDES), Revista Brasileira de Educação (ANPED), Ensaio: Avaliação de Políticas Educacionais (CESGRANRIO), Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (ANPAE) e Archivos Analíticos de Políticas Educativas/Education Policy Analysis Archives.

1.3 Atividades de Extensão

De 1994 a 2010 as ações de extensão nas quais atuei privilegiaram a formação continuada de professores e as atividades juntos a redes públicas de ensino, das quais gostaria de destacar a assessoria junto à rede municipal de ensino de Curitiba na elaboração da proposta curricular dos Centros de Educação Integral (1994 a 1996) e na proposta pedagógica do Projeto Piá também nesse município (1997). De igual modo, considero relevante a coordenação do processo de produção da proposta pedagógica da rede municipal de ensino de Pinhais (2001) e da Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos na rede estadual do Paraná (2004). O diálogo direto com professores e professoras nas inúmeras palestras e cursos de curta duração foram de imensa valia para me qualificar enquanto professora que forma outras professoras e professores.

Das pesquisas sobre o Ensino Médio derivaram duas atividades de abrangência nacional. A participação na rede EMDialogo – Diálogos sobre ensino médio criada em 2012 e sob coordenação do Professor Paulo Carrano, da Universidade Federal Fluminense, a rede agregava nove outras universidades federais e se estruturava por meio de um conjunto de ações, desde a formação nas escolas à produção de vídeo-documentários por estudantes do Ensino Médio. As atividades realizadas podem ser acessadas no portal da rede disponível em: <http://www.emdialogo.uff.br/>. A segunda ação diz respeito à coordenação do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM)

entre 2013 e 2016. Em atendimento ao convite feito pelo Ministério da Educação, coordenei um programa nacional que formou aproximadamente 420 mil professores/as que atuam na última etapa da educação básica. Da produção dos cadernos de formação ao acompanhamento junto às 77 universidades envolvidas, passando pela realização de seminários nacionais e estaduais, a formação continuada do PNEM visava levar a cada uma das 20 mil escolas de Ensino Médio do país o estudo sobre as juventudes que as frequentam e as possibilidades de organização curricular, de avaliação e de gestão. Os cadernos do Pacto Nacional pelo Fortalecimento Ensino Médio, bem como outras informações sobre o assunto podem ser acessados na página do Observatório do Ensino Médio em link próprio: <https://observatorioensinomedio.wordpress.com/pacto-nacional-pelo-fortalecimento-do-ensino-medio/>

Ainda no campo da extensão universitária, coordenei, no ano de 2016, a XI Anped Sul – Reunião Científica Regional da ANPEd – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação. Ao longo de oito meses, e com a colaboração incansável da Professora Marília Andrade Torales Campos, foi possível organizar o processo de avaliação dos trabalhos inscritos, as conferências de abertura e encerramento, os palestrantes de cada um dos 23 eixos, a feira de livros, o *website* que acolheria as informações e trabalhos publicados. O resultado foi um congresso profícuo em debates e trocas entre pesquisadores/as da região sul do Brasil, dos iniciantes ou aos mais experientes. O registro das atividades realizadas, bem como os trabalhos apresentados, pode ser acessado em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/>

1.4 Atividades de Gestão

Das atividades de administração/gestão realizadas no âmbito da UFPR destaco a participação nos colegiados de curso de graduação e do Programa de Pós-graduação em Educação, a chefia do Departamento de Planejamento e Administração Escolar (2004/2005), a vice-coordenação e depois coordenação

do Programa de Pós-graduação em Educação (2011 a 2016) e mais recentemente a representação do Setor de Educação junto ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE.

A gestão acadêmica e administrativa permitiram conhecer aspectos particulares da Universidade, seja os relativos aos processos decisórios, seja os que dizem respeito aos trâmites internos e externos que orientam o desenvolvimento de todas as atividades aí realizadas. A forma colegiada da gestão, que caracteriza a Universidade pública, é corolário da autonomia assegurada na Constituição Federal para essas instituições, e, no meu entendimento, deve servir de guia para que as decisões tomadas nos diferentes âmbitos e espaços da administração possamos responder às demandas da sociedade ao tempo em que exercemos o tripé ensino-pesquisa-extensão.

Destaco, por fim, no campo da gestão acadêmica, a coordenação do DINTER – doutorado interinstitucional – realizado entre a UFPR e a UFAC – Universidade Federal do Acre, entre 2013 e 2016, e a coordenação local do PROCAD Amazônia, com sede na Universidade Federal do Pará, sob coordenação geral do Prof. Dr. Ronaldo Lima de Araújo.

2. Comentários adicionais

Prestes a completar 30 anos como professora universitária a escrita deste memorial me coloca diante do ensejo de fazer uma síntese comentada dessa trajetória. Devo confessar que não faço parte daquele grupo de pessoas que tem facilidade de falar de si. Confesso, também, que a busca das recordações nessa seara me colocaram diante de sentimentos marcados por uma diversidade de sensações que vão da alegria à angústia, mas, em nenhum momento, me vi diante do sentimento de frustração. Isso torna, tudo, um ótimo começo para a narrativa a seguir.

Sempre gostei de estudar, mesmo antes do ingresso na vida escolar. Quando criança, era dada à curiosidade pelas letras e histórias. Talvez tenha sido por essa razão que meu Tio Isaac, irmão de minha mãe, tenha, após muita

insistência junto ao diretor da escola Prof. Aníbal do Prado e Silva da cidade de Taquaritinga/SP, conseguido me matricular no primeiro ano do grupo escolar, aos seis anos de idade. Os tempos de escola foram marcados pelo gosto e pela rebeldia, sobretudo no Segundo Grau (atual Ensino Médio). Eram tempos de ditadura civil-militar, tempos de coisas subtendidas, nas músicas, nos jornais, no cinema, nas novelas, mas, sobretudo, na escola. Cito, apenas para uma breve lustração, as aulas do meu Professor de História, o Professor Spotto do Colégio Estadual Bento de Abreu (EEBA), de Araraquara/SP, que nos provocava a pensar por meio da crítica aos jornais e livros. E nos desafiava, em nossa condição de adolescentes, a frequentar a Sessão Zoon do cinema local, que projetava filmes de arte, nacionais e estrangeiros, sempre às sextas-feiras. Não preciso dizer que as aulas da semana seguinte ferviam de inquietações e perguntas. Em mim, ampliava-se a insatisfação com o silêncio e com a aparente indiferença dos demais professores/as, e gerava uma conduta de recusa aos modos de se fazer a escola, recusa que se explicitava em atos considerados de indisciplina, mas que eram o resultado dos sentimentos contraditórios, ao mesmo tempo de amor e de desgosto, pelo lugar que, anos mais tarde, se tornaria meu lugar de vida profissional, como professora primeiro e depois, também como pesquisadora.

As primeiras experiências com a pesquisa em educação, iniciada ainda no curso de graduação em Pedagogia realizado na UNESP/Araraquara – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, abriu caminhos para uma gratificante realização pessoal e profissional. Naquele momento, dois temas sinalizavam o começo do que considero um profícuo percurso: a dimensão histórica da educação, no projeto de iniciação científica que analisava o surgimento da educação moderna por meio do estudo da obra *Didática Magna* de João A. Comenius e o Trabalho de Conclusão de Curso que estudava as dimensões pedagógicas e burocráticas do profissional formado na habilitação em Administração Escolar do curso de Pedagogia. Nos dois casos, merecem destaque a atuação rigorosa e dedicada das orientações feitas por Vera Tereza Valdemarin Gonçalves, na Iniciação Científica, e de José Vaidergorn, no Trabalho de Conclusão de Curso, que me ensinaram, desde o início, a

necessidade do rigor conceitual, metodológico e com a escrita. Na graduação em Pedagogia da UNESP/Araraquara não estava incluída a produção de monografia ao final do Curso. Meu gosto e curiosidade pelo trabalho acadêmico levaram, a mim e ao meu orientador de estágio, a substituir a forma convencional dessa atividade pela realização de uma pesquisa bibliográfica que tomava por objeto a formação e atuação do profissional da Administração Escolar. Nascia, assim, meu TCC, primeira experiência na escrita acadêmica, caracterizada por uma certa transgressão ao não cumprir com a exigência curricular prescrita para o curso de graduação.

As experiências vividas na graduação levaram ao Mestrado em Educação concretizado na Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR – entre os anos de 1989 e 1991. O volume de leituras, dos clássicos da Sociologia e Filosofia aos clássicos do pensamento econômico, contribui com a solidificação de uma intenção: a de permanecer no campo acadêmico. Eram tempos de retomada da crítica, finda a censura dos duros tempos de silenciamento vividos na ditadura civil-militar. Meus professores no mestrado, dentre eles Bruno Pucci, Valdemar Sguissardi, Paolo Nosella, Ester Buffa, Ramos Peña Castro e Beth Oliveira nos desafiavam, a mim e aos/às colegas, com intensas leituras semanais, a maioria delas situada no campo do marxismo, e que exigiam esforço e inquietação intelectual. A dissertação de mestrado intitulada *Educação, Trabalho e Indústria no Brasil da Década de 40* me levou ao encontro daquele que se tornaria o objeto de estudo ao qual dedicaria a quase totalidade desses 30 anos de atuação profissional: o Ensino Médio. A dissertação se dedicou à análise das relações entre trabalho e educação no período inicial da industrialização brasileira. O estudo da legislação educacional que fundava a Reforma Capanema – as Leis Orgânicas do Ensino – concluíram pelo caráter multidimensional da tessitura das leis e das políticas educacionais em geral. Digitada numa praxis 20, máquina de escrever elétrica adquirida com a parcela extra da bolsa do CNPq destinada ao apoio à conclusão do Curso, a dissertação transcorria motivada pela perplexidade da afirmação encontrada na Exposição de Motivos das Leis Orgânicas do Ensino Secundário, redigida por Gustavo Capanema, de que este ensino se destinava à formação das elites condutoras do País e, que, para os

demais, estariam reservadas as Leis Orgânicas do Ensino Técnico-Profissional. Talvez tenha se originado aqui minha especial atração em me aprofundar no conhecimento sobre os modos de escolarização da juventude e sobre a forma profundamente desigual que assumem ao longo da história.

A experiência com a docência universitária se inicia logo após concluído o mestrado. Do interior de São Paulo para o interior do Paraná, a aprovação em um concurso em uma Universidade ainda em construção e sujeita a toda sorte de intempéries políticas desafiava a professora dos anos iniciais dos Cursos de Pedagogia e Enfermagem. A UNIOSTE, pela sua condição particular em que o novo e velho viviam em permanente tensão, propiciou uma experiência riquíssima, especialmente pelo convívio entre docentes e estudantes. As tensões políticas internas e externas entre dirigentes da Universidade e governo, no entanto, levaram ao esgotamento da possibilidade de crescimento profissional e acadêmico.

O concurso para ingresso no Departamento de Planejamento e Administração Escolar – DEPLAE – da UFPR sinalizava para um recomeço potencialmente promissor e mais seguro. Em março de 1994 assumo, enfim, meu vínculo com esta Universidade.

As primeiras atividades de ensino e pesquisa ocorreram em meio a intensos debates acerca da reformulação do currículo do Curso de Pedagogia. As disciplinas ministradas no curso se localizavam nos dois grandes campos de oferta do departamento: Política e Gestão da Educação, por um lado e, por outro, a Organização do Trabalho Pedagógico na Escola. Da reformulação do Curso de Pedagogia resultara um compromisso com os/as estudantes: a oferta de um curso de especialização – pós-graduação lato sensu – em Organização do Trabalho Pedagógico (OTP), isso devido à extinção das antigas habilitações em Supervisão Escolar e Orientação Educacional. O curso de OTP se mostrava, ainda, desafiador devido ao compromisso assumido de que seria um curso inteiramente gratuito. Isso em meio ao início da proliferação de cursos pagos nessa modalidade. Tem início, assim, o processo de elaboração do projeto pedagógico do curso, a tramitação interna, o processo seletivo, a oferta do curso para o qual havia sido indicada pelo Departamento para assumir a Coordenação.

Entre 1996 e 1999 somava essa atividade às demais, de ensino, pesquisa e extensão.

Nos primeiros anos de UFPR até meu afastamento para o Doutorado (1994 a 1999) ingressei no grupo de pesquisa coordenado pela Professora Acácia Zeneida Kuenzer. O objeto de estudo situado no campo Educação e Trabalho nos levava ao encontro da Sociologia do Trabalho e também aos espaços de fábrica, com vistas a conhecer, compreender e analisar os impactos das mudanças no mundo do trabalho sobre a formação dos/das trabalhadores/as. É justamente de uma das decorrências dos movimentos de reestruturação econômica e produtiva – a substituição dos processos de qualificação profissional por um modelo de formação centrado na avaliação de competências laborais – que resulta a intenção de aprofundar o assunto e analisar as relações entre as mudanças na sociedade de finais do século XX e as políticas educacionais que nelas se baseavam.

O Curso de Doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no Programa Educação: História, Política e Ciências Sociais se mostrava o mais adequado considerando o objeto de estudo. Da experiência na PUC/SP destaco os grandes aprendizados junto a pesquisadores/as por quem nutria e nutro grande respeito e admiração, meus professores e professoras, dentre eles/as, Mirian Jorge Warde, José Geraldo Silveira Bueno, José Leon Crochik, Odair Sass, João dos Reis Silva Jr., Marta Carvalho, Alda Junqueira Marin. Por oportuno, registro uma frustração: a de não ter sido aluna de um professor que estava em vias de deixar o Programa, Celso João Ferretti, que se tornou, mais tarde, um querido amigo e colaborador em dois artigos, e que havia sido um dos motivos da escolha. A Tese intitulada *Competências: a Pedagogia do 'Novo' Ensino Médio* buscava responder ao desafio lançado em 1998 pelos órgãos de governo. As políticas educacionais da época introduziam um novo referencial na organização dos currículos nas escolas. Segundo os textos normativos, não mais se deveria falar em “conteúdos”, pois as transformações na sociedade impeliam a que se passasse a orientar os percursos formativos com base nas competências requeridas, principalmente, pelo mundo do trabalho. Sobretudo a escola destinada à formação da juventude deveria estar voltada a essa

finalidade. A pesquisa da qual resulta a Tese se dedica à análise pormenorizada das origens e das implicações desse movimento. Da rica experiência no Doutorado, além da produção da tese, destaco o estudo aprofundado da Teoria Crítica de Sociedade, sobretudo dos textos de T. W. Adorno, Max Horkheimer e Herbet Marcuse, com os quais me aproximei da compreensão dos efeitos subjetivos gerados pelas condições objetivas em que se produz a vida humana, individual e coletiva. Dessas leituras trago comigo outros sentidos da educação, da escola e da formação humana, somadas ao estudo de outros clássicos do pensamento social e educacional.

O retorno às atividades na UFPR, tão logo concluído o Doutorado, levou ao ingresso na pós graduação. A experiência de orientação/formação de novos/novas pesquisadores/as constitui-se em desafio permanente, assim como o trabalho com a pesquisa e sua divulgação nos veículos apropriados. Do conjunto das atividades nesse campo, gostaria de destacar a consolidação do Grupo de Pesquisa Observatório do Ensino Médio, que tornou-se referência nacional em se tratando da produção de conhecimento e formação de pesquisadores sobre a última etapa da educação básica. Também por meio do Observatório, a atividade de extensão universitária permitiu a realização de outra ação que considero de grande relevância, a formação continuada de professores no âmbito do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM). Por meio do PNEM pude me aproximar mais uma vez de escolas, de estudantes e educadores de muitos cantos do Brasil.

No ano de 2017 fui liberada de minhas atividades no DEPLAE para realização de um pós-doutorado. Tendo já conhecido a professora Nora krawczyk na formação da rede EMPesquisa, pude contar com seu interesse na supervisão e, assim, estive, nesse ano, vinculada à Faculdade de Educação da UNICAMP. Motivada por uma curiosidade e inquietação, me debrucei sobre a oferta e atendimento escolar de jovens de 15 a 17 anos, que passavam a compor o grupo em idade escolar obrigatória desde 2009. De aproximadamente 10.500.000 pessoas dessa faixa etária, pouco mais de 60% encontravam-se matriculados na última etapa da educação básica. Totalmente fora da escola eram perto de 1.7000.000. Curiosidade, inquietação, ou mesmo uma certa

obstinação pelo conhecimento parecem ser marcas de pesquisadores/as. A pesquisa, como mencionado, revelou que o país passa, ainda que a passos não tão largos, por um processo de inclusão educacional, sobretudo dos jovens em maior situação de desigualdades.

Conhecer em profundidade a realidade do Ensino Médio brasileiro, bem como as trajetórias de formação de nossas juventudes, tem permitido dimensionar as distâncias entre o proclamado e o realizado. Por essa razão, não poderia concluir este memorial sem mencionar o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, do qual faço parte desde 2013. Criado com a finalidade de estabelecer interlocução direta com os poderes legislativo e executivo, desse Movimento fazem parte as principais entidades nacionais – acadêmicas e político-organizativas – do país, dentre elas a ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação), o CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade), o FORUMDIR (Fórum Nacional de Diretores das Faculdades de Educação), a ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), a Ação Educativa, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a ANPAE (Associação Nacional de Política e Administração da educação) e a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação). O Movimento teve participação relevante em dois momentos do cenário recente da educação brasileira: quando da propositura do Projeto de Lei 6.840/13 que visava à reformulação do Ensino Médio, e no momento da publicação da Medida Provisória 746/16, convertida na Lei 13.415/17 – atual reforma do Ensino Médio. Nas duas situações, as entidades que compõem o Movimento participaram ativamente das audiências públicas no Congresso Nacional e produziram notas em defesa da escola pública e do direito à educação para todos/as jovens brasileiros. Na condição de integrante do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio pude representar aquelas entidades em audiências públicas e seminários realizados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Além de conhecer de perto os modos de agir dos propositores das políticas educacionais no terreno legislativo, pude expressar a posição das entidades e a minha própria no que diz respeito às

reformas e a seus potenciais retrocessos no que tange à formação da juventude brasileira. Nesse sentido, é preciso dizer, muito há ainda a ser feito.

¿Qué vas a hacer con tantos días
que te sobran, y sobre todo
con tantos días que te faltan?
(Pablo Neruda)

Apêndices

Orientações e supervisões

Dissertações de mestrado orientadas:

1. Simone Aparecida Milliorin. A atuação da Rede Federal na ampliação do direito à educação básica: uma análise do ensino médio integrado nos Institutos Federais. 2018.
2. Valdenir Batista Veloso. O jovem em conflito com a lei e o direito à educação básica nos centros de socioeducação do Paraná (2006-2015). 2017.
3. Adilson Luiz Tiecher. Políticas de formação continuada de professores: a experiência do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio no Paraná. 2016.
4. Débora Aparecida Silveira. O ensino médio e o direito à educação nas proposições do poder legislativo federal (1997-2014). 2016.
5. Sérgio Ricardo Ferreira. Financiamento da educação como indutor de política curricular: análise a partir da implantação do Programa Ensino Médio Inovador no Paraná. 2015.
6. Vivian Isleb. O Programa Ensino Médio Inovador e sua relação com os dados de fluxo escolar. 2014.
7. Vanessa Campos de Lara Jakimiu. Políticas de Reestruturação Curricular no Ensino Médio: Uma análise do Programa Ensino Médio Inovador. 2014.
8. Lucas Barbosa Pelissari. O fetiche da tecnologia e o abandono escolar na visão de jovens que procuram a educação profissional técnica de nível médio. 2012.
9. Allan Andrei Steimbach. Juventude, escola e trabalho: razões da permanência e do abandono no Curso técnico em agropecuária integrado. 2012.
10. Eloise Médice Colantonio. O Currículo integrado do PROEJA: cultura, trabalho, ciência e tecnologia em tempos de semiformação. 2010.
11. Solange Toldo Soares. Conciliação forçada: o processo de construção das diretrizes curriculares nacionais para o curso de Pedagogia no Brasil (1996-2006). 2010.

12. Jussara das Graças Trindade. A construção do currículo integrado no âmbito do PROEJA Paraná: formação geral e formação específica. 2010.
13. Joaquim Jorge Monteiro Morais. Cabo Verde: um projeto de país e a ideologia da educação como estratégia para o desenvolvimento. Estudo da constituição do Ensino Técnico Profissional. 2009.
14. Adriana de Almeida. Um estudo do e no processo de implantação do PROEJA no estado do Paraná: problematizando as causas da evasão. 2009.
15. Ângela Maria Corso. As representações do trabalho junto a professores que atuam no PROEJA: da representação moral ao trabalho como auto-realização. 2009.
16. Sandra Regina Davanço. A implantação do Ensino Médio Integrado no Estado do Paraná: a difícil superação da cultura da dualidade. 2008.
17. Silvia Parra. O processo de conversão da ideia de Projeto Político Pedagógico em política educacional pública no Estado do Paraná. 2008.
18. Simone Sandri. O programa de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM e a sua relação com o curso de magistério: movimentos de adesão e de resistência. 2007.
19. Monica Rolim de Moura Sella. O trabalho do pedagogo face ao reordenamento dos tempos escolares: análise da implantação da política de ciclos na rede Municipal de Ensino de Curitiba/PR. 2007.
20. Eliane do Rocio Alberti. A política de formação de professores mediada pela TIC: o Programa Especial de Capacitação para a Docência no estado do Paraná. 2006.
21. Vera Lúcia Pires Bressan. Educação geral e profissional: ensino médio integrado e as possibilidades da formação unitária e politécnica. 2006.

Teses de Doutorado orientadas:

1. Vanessa Campos de Lara Jakimiu. O direito à educação no contexto do ensino médio: análise das proposições do legislativo federal após a EC 59/2009. 2019.
2. Dalessandro Pinheiro. O Movimento 'Todos pela Educação': o público, o privado e a disputa de projetos educacionais no Brasil. 2018.
3. Allan Andrei Steimbach. Escolas ocupadas no Paraná: juventudes na resistência política à reforma do ensino médio (Medida Provisória 746/16). 2018.

4. Neffretier Cinthya R. A. Santos Clasta. A tecnologia no âmbito da Universidade Aberta do Brasil: um estudo a partir da percepção dos alunos do curso de Pedagogia/UAB/UNIR. 2016.
5. Letícia de Luca Wollmann Saldanha. O PRONATEC e a proclamada política de democratização da educação profissional técnica de nível médio: acesso, abandono e permanência a partir de um estudo de caso. 2016.
6. Simone Sandri. A relação público-privado no contexto do ensino médio brasileiro: em disputa a formação dos jovens e a gestão da escola pública. 2016.
7. Céuli Mariano Jorge. Sentidos da Educação atribuídos por egressos do PROEJA no Paraná. 2014.
8. Márcio Luiz Bernardim. Juventude, escola e trabalho: sentidos atribuídos ao ensino médio Integrado por jovens da classe trabalhadora. 2013.

Monografias de pós-graduação lato-sensu orientadas

1. Renato Pizzato Vivan. Mundo do Trabalho e Educação Física: Projetos de formação humana e as atas Diretrizes Curriculares. 2008.
2. Márcia Maria da Silva. Paradigmas da Educação Profissional: a educação profissional e a formação humana. 2006.
3. Lúcia de Fátima Skrzybnik. Os propósitos da formação do jovem no ensino médio após o Decreto 5154/04. 2006.
4. Márcia Luzia Rossi Ravazoli. O ENEM como instrumento de política educacional. 2006.
5. Valéria Marcondes Brasil. A formação e a qualificação do trabalhador professor no contexto da nova base produtiva e da reforma do Estado. 1998.
6. Eliane Maria M. Goettens et all. Subsídios para o ensino de Ciências. 1994.

Trabalhos de Conclusão de Cursos de Graduação orientados

1. Lauro Rafael Cruz. A Educação Física frente às ameaças da 746/16 (reforma do ensino médio): movimentações e repercussões. 2018.
2. Edmar Manoel Lucas. Formação do soldado policial militar no Paraná e a atuação na segurança pública: um estudo da matriz curricular nacional 2013/2014. 2017.

Orientação de Iniciação Científica

1. Gabriele Borinelli. A inserção dos institutos e organizações empresariais na oferta pública de ensino médio com base na Lei 13.415/17 nos três estados da região sul do Brasil. 2018.
2. Lucas Gabriel Mota. A regulamentação da base curricular prevista na Lei de reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/17) nos três estados da região sul do Brasil. 2018.
3. Mateus Alves Nedbajluk. A regulamentação do processo de atribuição de notório saber e implicações para a formação de professores a partir da nova base curricular constante da Lei 13.415/17 nos três estados da região sul do Brasil. 2018.
4. Vanessa de Souza. Proximidades e distanciamentos na visão de professores e alunos sobre a escola. 2013.
5. Leila Corrá. A produção do conhecimento sobre Ensino Médio Integrado. 2011.
6. Fernanda Maravalhas. Representações que dirigentes e professores fazem dos alunos de ensino médio. 2011.
7. Mayara Viniani Obadowski. A pesquisa em educação e a importância na formação de professores. 2011.
8. Patrícia Stoski. Características sócio econômicas de alunos do ensino médio: relação com abandono e permanência na escola. 2011.
9. Rudá Moraes Gandin. Jovem, escola e sociabilidade. 2011.
10. Thalita Cavalheiro. Representações de jovens sobre a escola. 2011.
11. Cesar Augusto Cruz da Silva. A produção e a pesquisa sobre ensino médio integrado. 2009.
12. Eloise Médice Colantonio. Ensino Médio Integrado: a implementação em Curitiba/PR. 2006.
13. Gisele Adriana Maciel Pereira. Ensino Médio Integrado: estudo da implementação em Curitiba - PR. 2006.
14. Hellen Christina Gonçalves. Tecnologia, trabalho e formação: a escola pública de ensino médio e a incorporação das políticas curriculares. 2005.
15. Aline Chalus Vernick. Pesquisa custo/aluno/ano em escolas de qualidade. 2003.

16. Hellen Cristina Gonçalves. Pesquisa custo/aluno/ano em escolas de qualidade. 2003.

17. Célia Regina Panájlia. Impacto das inovações tecnológicas sobre a formação do trabalhador. 1999.

18. Andréa Helena Cavichia. Metodologia de Qualificação para o Primeiro Emprego. 1997.

19. Angela Engrácia da Silva. A habilitação em supervisão escolar no contexto da atual divisão social e técnica do trabalho e da formação do pedagogo. 1995.

Orientações em andamento:

Mestrado:

Alana Lemos Bueno. Reformas do ensino médio e protagonismo juvenil: do discurso oficial à ação política. Início: 2019.

2. Lauro Rafael Cruz. A construção da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio: uma análise processual. Início: 2019.

Doutorado:

1. Alessandro Eziquiel da Paixão. Educação e trabalho nos Institutos Federais. Início: 2019.

2. Camila Grassi Mendes de Faria. A reforma do ensino médio e o empresariamento da educação pública. Início: 2018.

3. Adriana Martins de Oliveira. O processo de regulamentação da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio no estado do Acre a partir da Lei 13.415/2017. Início: 2018.

4. Ehrick Eduardo Martins Melzer. Avaliando as políticas educacionais do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) voltadas para a formação inicial e continuada de professores no estado do Paraná. Início: 2016.

5. Rafael dos Santos Pereira. A política de avaliação da educação superior nos marcos do SINAES: um estudo dos usos de seus resultados em diferentes instituições de ensino superior. Início: 2016.

6. César Augusto Ibañez. O combate à evasão escolar na América Latina: um estudo comparado de políticas públicas. Início: 2016.

7. Camila Regina Rostirola. Avaliação, prestação de contas e responsabilização: um estudo da implementação de políticas de accountability em municípios brasileiros.

Supervisão de Pós-doutorado

Concluída: Cleci Körbes. 2016.

Em andamento: Gisele Adriana Maciel Pereira. Início: 2019.

Produção bibliográfica

1. FERRETTI, C. J.; SILVA, M. R. Dos embates por hegemonia e resistência no contexto da reforma do Ensino Médio. *Revista Trabalho Necessário*, v. 17, p. 114-131, 2019.
2. SANDRI, S.; SILVA, M. R. O Programa Jovem de Futuro do Instituto Unibanco para o ensino médio: decorrências do imbricamento entre público e privado. *Contrapontos* (online), v. 19, p. 28, 2019.
3. SILVA, M. R. Impertinências entre trabalho, formação docente e o referencial de competências. *RETRATOS DA ESCOLA*, v. 13, p. 123-135, 2019.
4. CRUZ, L. R.; SILVA, M. R. A Educação Física frente às ameaças da Medida Provisória 746/16: movimentações e repercussões. *Nova Paideia*, v. 01, p. 30-50, 2019.
5. SILVA, M. R.; JORGE, C. M. O reencontro dos sujeitos adultos com a escola: significados e tensões no âmbito do PROEJA. *Educação & Sociedade* (Impresso), v. 39, p. 55-71, 2018.
6. SILVA, Monica Ribeiro da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. *Educação em Revista (ONLINE)*, v. 34, p. 1-15, 2018.
7. SILVA, M. R.; FERRETTI, C. J. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória n. 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. *Educação & Sociedade* (Impresso), v. 38, p. 385-404, 2017.
8. SILVEIRA, D. A. SILVA, M. R. . O direito à educação e a ampliação do acesso ao ensino médio: uma análise das proposições do legislativo federal (1996-2016). *POIÉSIS - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação* (Unisul), v. 11, p. 76, 2017.
9. BERNARDIM, M. L.; SILVA, M. R. . Juventude(s) e Ensino Médio: Da inclusão escolar excludente aos jovens considerados nem-nem. *CONTRAPONTO* (ONLINE), v. 17, p. 688-704, 2017.
10. SILVA, M. R.; SCHEIBE, L. Reforma do ensino médio: Pragmatismo e lógica mercantil. *RETRATOS DA ESCOLA*, v. 11, p. 19-35, 2017.
11. FERREIRA, ELIZA BARTOLOZZI; SILVA, Monica Ribeiro da. Centralidade do ensino médio no contexto da 'nova ordem e progresso'. *Educação & Sociedade* (Impresso), v. 38, p. 287-292, 2017.

12. BERNARDIM, M. L.; SILVA, M. R. Juventude, Escola e Trabalho: sentidos da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio. Educação em Revista (UFMG. Impresso), v. 32, p. 211-234, 2016.
13. SILVA, M. R. O Programa Ensino Médio Inovador como política de indução a mudanças curriculares: da proposta enunciada a experiências relatadas. Educação em Revista (UFMG), v. 32, p. 91-110, 2016.
14. SILVA, M. R.; JAKIMIU, V. C. L. Do texto ao contexto: o Programa Ensino Médio Inovador em movimento. Ensaio (Rio de Janeiro. Online), v. 24, p. 910-938, 2016.
15. SILVA, M. R. Políticas educacionais para o Ensino Médio e sua gestão no Brasil contemporâneo. Dialogia (UNINOVE. Impresso), v. 1, p. 17-29, 2016.
16. SILVA, M. R.; MOURA, D. H ; Lima Filho, D. L. . Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. Revista Brasileira de Educação (Impresso), v. 20, p. 1057-1080, 2015.
17. SILVA, MONICA RIBEIRO. Sociologia do Ensino Médio: crítica ao economicismo na política educacional. Educação e sociedade, v. 36, p. 249-252, 2015.
18. SILVA, M. R. Currículo, ensino médio e BNCC Um cenário de disputas. Retratos da Escola, v. 9, p. 367-379, 2015.
19. SILVA, M. R. Direito a educação, universalização e qualidade: cenários da Educação Básica e da particularidade do Ensino Médio. Jornal de Políticas Educacionais, v. 9, p. 61-74, 2015.
20. SILVA, Monica Ribeiro da; COLONTONIO, Eloise M. As diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio e as proposições sobre trabalho, ciência, tecnologia e cultura: reflexões necessárias. Revista Brasileira de Educação (Impresso), v. 19, p. 611-628, 2014.
21. BERNARDIM, M. L.; SILVA, M. R. Políticas curriculares para o Ensino Médio e para a Educação Profissional: propostas, controvérsias e disputas em face das proposições do Documento Referência da Conae 2014. Jornal de Políticas Educacionais, v. 8, p. 23-35, 2014.
22. SILVA, Monica Ribeiro da; PELISSARI, L. B.; STEINBACK, A. A. . Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. Educação e Pesquisa (USP. Impresso), v. 30, p. 403-417, 2013.

23. SILVA, Monica Ribeiro da. Trajetórias e perspectivas para o ensino médio. *Pátio Ensino Médio, Profissional e Tecnológico*, v. 14, p. 10, 2012.
24. Silva, Monica Ribeiro da; SILVA, M. R. A política de integração curricular no âmbito do PROEJA: entre discursos, sujeitos e práticas. *Ensaio (Fundação Cesgranrio. Impresso)*, v. 19, p. 307-326, 2011.
25. SILVA, M. R.; COLONTONIO, E. M. Potencial analítico e emancipatório da Teoria Crítica da Sociedade no campo da Educação: políticas curriculares e seleção do conhecimento. *Intermeio (UFMS)*, v. 17, p. 29-44, 2011.
26. SILVA, M. R.; ABREU, C. B. M. .Education in the Purview of Public Policy: An Assessment of Educational Reform in Brazil, 1990-2004. *Revue Canadienne d'Études du Développement* , v. 29, p. 01-17, 2010.
27. SILVA, M. R. Currículo e competências: a reforma do Ensino Médio e as apropriações pelas escolas. *Educação Unisinos*, v. 14, p. 17-26, 2010.
28. CORSO, A. M.; SILVA, M. R. As representações sobre trabalho de professores que atuam no proeja: da representação moral do trabalho ao trabalho como autorrealização. *Trabalho & Educação (UFMG)*, v. 18, p. 94-106, 2010.
29. SILVA, M. R. Tecnologia, trabalho e formação na reforma curricular do ensino médio. *Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso)*, v. 39, p. 441-460, 2009.
30. SILVA, M. R. Reformas educacionais e cultura escolar: a apropriação dos dispositivos normativos pelas escolas. *Cadernos de Educação (UFPe)*, v. 32, p. 123-139, 2009.
31. SILVA, M. R. Trabalho e educação: aportes da linha de pesquisa para o estudo do trabalho escolar. *Trabalho & Educação (UFMG)*, v. 17, p. 167-181, 2008.
32. SILVA, M. R. Teoria Curricular e Teoria Crítica da Sociedade: elementos para (re)pensar a escola. *Intermeio (UFMS)*, v. 14, p. 80-91, 2008.
33. SILVA, M. R.; ABREU, C. B. M. Política educativa: la reforma brasileña y sus resultados según el rendimiento de los estudiantes. *Revista Theomai (En línea)*, v. 18, p. 01-15, 2008.
34. SILVA, M. R.; ABREU, C. B. M. Reformas para quê? As políticas educacionais nos anos de 1990, o -novo projeto de formação- e os resultados das avaliações nacionais. *Perspectiva*, v. 26, p. 01-17, 2008.

35. SILVA, M. R. Educação Tecnológica como competência e a reforma curricular na Educação Profissional de nível médio. Educação Profissional (Brasília. Impresso), v. 1 n. 2, p. 191-197, 2007.
36. SILVA, M. R.; BRUEL, A. L.; GOUVEIA, A. B. ; SOUZA, A. R. ; SOARES, I. A. . Os efeitos das reformas educacionais no financiamento da educação: análise dos recursos disponíveis em 13 escolas públicas no Estado do Paraná. Série- Estudos (UCDB), Campo Grande - MS, v. 18, p. 161-174, 2005.
37. SILVA, M. R. A formação de professores reformada: a noção de competências e a produção do controle. Educar em Revista (Impresso), Curitiba - PR, v. 21, p. 195-210, 2004.
38. SILVA, M. R. Saberes e Competências nas Diretrizes Curriculares Nacionais. A escola e o ensino: conteúdo e competência, Campo Grande - RJ: FEUC, p. 56-71, 2003.
39. SILVA, M. R. Currículo, cultura e formação humana: uma análise a partir da Teoria Crítica da Sociedade. Educar em Revista, Curitiba, PR, n.17, p. 111-124, 2001.
40. SILVA, M. R. Correção de Fluxo - Considerações Críticas ao Projeto de Correção de Fluxo Escolar da SED/Paraná. Caderno Pedagógico, Curitiba - PR, v. 02, p. 56-64, 1999.
41. SILVA, M. R.; ALBUQUERQUE, T. S.; BERTOLINNI, M. A.; Klein, L.R.; MOREIRA, L. C. . Pontos para reflexão sobre o Documento "Impulso Inicial" da SEED-PR. Caderno pedagógico, Curitiba - PR, 1999.
42. SILVA, M. R. A educação e a formação do cidadão. Educar em Revista, Curitiba/PR, v. 11, p. 129-135, 1995.
43. SILVA, M. R.; BERTOLINNI, M. A.; ZANETTI, M. A. A avaliação institucional no projeto da nova LDB. Educar em Revista, Curitiba - PR, v. 11, p. 121-125, 1995.

Livros publicados/organizados ou edições

1. SILVA, M. R.; CAMPOS, M. A. T. (Org.). Educação, Movimentos sociais e políticas governamentais. 1. ed. Curitiba: Appris - PR, 2017. v. 1000. 289p .
2. SILVA, M. R.; OLIVEIRA, R. (Org.). Juventude e Ensino Médio: sentidos e significados da experiência escolar. 1. ed. Curitiba PR: Setor de Educação UFPR, 2016. v. 500. 314p.

3. SILVA, M. R. O Ensino Médio: suas políticas, suas práticas. Estudos a partir do Programa Ensino Médio Inovador. 1. ed. Curitiba PR: Setor de Educação UFPR, 2016. v. 500. 154p.
4. SILVA, M. R. Educação, trabalho e desenvolvimento sustentável: cultura, ciência, tecnologia, saúde e meio ambiente. 1. ed. Curitiba: Appris, 2015. v. 1000. 108p..
5. SILVA, M. R. Perspectivas Curriculares Contemporâneas. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2014. v. 1000. 170p.
6. SILVA, M. R. Ensino Médio Integrado: Travessias. 1. ed. Campinas SP: Mercado de Letras, 2013. v. 1000. 200p
7. SILVA, M. R. Perspectivas Curriculares Contemporâneas. 1. ed. Curitiba: Editora Ibepe, 2012. v. 2000. 171p
8. SILVA, M. R.; Lima Filho, D. L. (Org.); ZANARDINI, I. M. S. (Org.) . Produção do Conhecimento no PROEJA: cinco nos de pesquisa. 1. ed. Curitiba: Ed. UTFPR, 2012. v. 1000. 183p.
9. SILVA, Monica Ribeiro da. Currículo e Competências: a formação administrada. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012. v. 2000.
10. SILVA, M. R.; Lima Filho, D. L. (Org.); DEITOS, R. (Org.). PROEJA Educação Profissional Integrada à EJA: Questões Políticas, Pedagógicas e Epistemológicas. 1. ed. Curitiba: UTFPR, 2011. v. 1000. 220p .
11. SILVA, M. R.; VIRIATO, E. O. (Org.); AMORIM, M. L. (Org.). PROEJA: Educação profissional integrada à EJA Entre políticas e práticas. 1. ed. Curitiba: Editora da UTFPR, 2011. v. 1000. 218p.
12. SILVA, M. R. Currículo e Competências: a formação administrada. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2008. v. 1. 180p.
13. SILVA, M. R.; SOUZA, A. R.; SCWENDLER, S. F.; GOUVEIA, A. B. . Gestão da Escola Pública. 1. ed. Curitiba/PR: Editora da UFPR, 2005. v. 5.
14. SILVA, M. R.; GOUVEIA, A. B.; SOUZA, A. R ; BRUEL, A. L. ; SOARES, I. A. . O custo aluno em escolas que oferecem condições de qualidade. Curitiba - PR: UFPR/ED, 2004. v. 1. 125p.
15. SILVA, M. R.; SOUZA, G. (Org.) Dossie Temático - Cultura e Escola: saberes, tempos e espaços como dimensões do currículo. In: Educar em revista n. 17. Curitiba - PR: Editora da UFPR, 2001. 147p.

16. SILVA, M. R. Ciências: formação de professores e ensino nas séries iniciais. Toledo - PR: FTD, 1996. 74p.

17. SILVA, M. R.; ROSSETO, E.; ATHAIDE JR, M. C.; EMER, I. O.; CONCEICAO, G. Práticas Universitárias e Planejamento Institucional. Cascavel: UNIOESTE/FECIVEL, 1993. v. 01. 65p.

Capítulos de livros publicados:

1. SILVA, M. R. CURRÍCULO, DIRETRIZES CURRICULARES E BNCC: o cenário do ensino médio. In: Fabiany de Cássia Tavares Silva; Constantina Xavier Filha. (Org.). Conhecimentos em disputa na Base Nacional Comum Curricular. 1ed.Campo Grande: Oeste, 2019, v. 1, p. 131-142.

2. SILVA, M. R. O golpe no ensino médio em três atos que se completam. In: AZEVEDO, José Clóvis; REIS, Jonas Tarcísio. (Org.). Políticas Educacionais no Brasil pós-golpe. 01ed.Porto Alegre: IPA Centro Universitário Metodista, 2018, v. 01, p. 41-54.

3. SILVA, M. R. O Ensino Médio como um campo de disputas: interfaces entre políticas educacionais e movimentos sociais. In: SILVA, M.R.; CAMPOS, M.A.T.. (Org.). Educação, Movimentos sociais e políticas governamentais. 1ed.Curitiba: Appris - PR, 2017, v. 1, p. 57-70.

4. SILVA, M. R.; JAKIMIU, V. C. L. Políticas curriculares para o Ensino Médio: o Programa Ensino Médio Inovador. In:RAMOS, N. V; TOMAZETTI, E. M.; SALVA, S. (Org.). Juventudes em Diálogo. 1ed.São Leopoldo: Oikos, 2017, v. 1, p. 33-46.

5. SILVA, M. R. O Ensino Médio reformado: perguntas e resposta, tensões e proposições. In: FEIJÒ, G. V.; SILVA, T.F. (Org.). Ensino e Pesquisa em História e Humanidades nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: desafios e perspectivas. 1ed.Brasília: Editora do IFB, 2017, v. 1, p. 15-28.

6. SILVA, M. R. Projetos de reformulação do Ensino Médio e inter-relações com a Educação Profissional: (im)possibilidades do Ensino Médio Integrado. In: ARAÚJO, A. C.; SILVA, C.N.N. (Org.). Ensino Médio Integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios. 1ed.Brasília: Editora do IFB, 2017, v. 1, p. 71-89.

7. CAMPOS, M. A. T.; SILVA, M. R. Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. Apresentação. In: SILVA, M. R.; CAMPOS, M.A.T. (Org.). Educação, Movimentos sociais e políticas governamentais. 1ed.Curitiba: Appris - PR, 2017, v. 1, p. 10-15.

8. SILVA, M. R. O uso da noção de competências nos textos de políticas curriculares no Brasil: das Diretrizes Curriculares da década de 90 à Base Nacional Comum Curricular de 2017. In: José Clóvis de Azevedo; Jonas Tarcísio Reis. (Org.). Políticas Educacionais: debates e desafios. 1ed.Porto Alegre: Editora Universitária Metodista, 2017, v. 1, p. 39-59.
9. SILVA, M. R.. Políticas educacionais no Brasil e a influência de organismos internacionais: o caso da formação por/para 'competências'.. In: Sônia da Cunha Urt. (Org.). Políticas educacionais e formação: produção, projetos e ações em educação. 1ed.Campo Grande: Oeste, 2017, v. 1, p. 17-30.
10. SILVA, M. R.; STEINBACK, A. A ; PELISSARI, L. B. . Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. In: SILVA, M. R.; OLIVEIRA, R. G. (Org.). Juventude e Ensino Médio: sentidos e significados da experiência escolar. 1ed.Curitiba PR: Setor de Educação UFPR, 2016, v. 1, p. 133-156.
11. SILVA, M. R.; JAKIMIU, V. C. L. O Ensino Médio como um campo de disputas: as políticas, seus formuladores e proposições após a LDB de 1996. In: SILVA, M. R. (Org.). O Ensino Médio: suas políticas, suas práticas. Estudos a partir do Programa Ensino Médio Inovador. 1ed.Curitiba PR: Setor de Educação UFPR, 2016, v. 1, p. 9-30.
12. SILVA, M. R.; COLONTONIO, E. M. Programa Ensino Médio Inovador: análise dos Projetos de Reestruturação Curricular em três estados brasileiros. In: SILVA, M. R. (Org.). O Ensino Médio: suas políticas, suas práticas. Estudos a partir do Programa Ensino Médio Inovador. 1ed.Curitiba PR: Setor de Educação UFPR, 2016, v. 1, p. 89-112.
13. SILVA, M. R.; KRAWCZYK, N. R. Quem é e o que propõe o Projeto de Lei da reforma do Ensino Médio: entrevistando o Projeto de Lei 6.840/2013. In: José Clóvis de Azevedo e Jonas Tarcísio Reis. (Org.). Ensino Médio: Políticas e Práticas. 1ed.Porto Alegre: Universidade Metodista IPA, 2016, v. 1, p. 47-64.
14. SILVA, M. R. Educação, trabalho, ciência e tecnologia: bases para o Eixo 3 dos Documentos da CONAE 2014. In: Monica Ribeiro da Silva. (Org.). Educação, trabalho e desenvolvimento sustentável. 1ed.Cultura: Appris, 2015, v. 1, p. 09-18.
15. SILVA, M. R.; BERNARDIM, M. L. Ensino Médio e Profissional: propostas, controvérsias e disputas em face do documento base da Conae 2014. In: Monica Ribeiro da Silva. (Org.). Educação, trabalho e desenvolvimento sustentável. 1ed.Curitiba: Appris, 2015, v. 1, p. 59-84.
16. SILVA, M. R.; JAKIMIU, V. C. L. Políticas para o Ensino Médio: a perspectiva de integração curricular no âmbito do Programa Ensino Médio Inovador. In: Jose Clovis de Azevedo; Jonas Tarcísio Reis. (Org.). ENSINO MEDIO: PROJETOS

EM DISPUTA. 1ed.Porto Alegre: Editora Universitária Metodista, 2015, v. 01, p. 83-100.

17. SILVA, M. R.; Almeida, A. A problemática da evasão no processo de implantação do Proeja no Estado do Paraná. In: GT Trabalho e Educação da Anped; Projetos Integrados (UFF, Uerj, EPSJV/Fiocruz); Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz. (Org.). Produção de conhecimentos de ensino médio integrado: dimensões epistemológicas e político-pedagógicas. 1ed.Rio de Janeiro: EPSJV-Fiocruz, 2014, v. 1, p. 211-224.

18. SILVA, M. R.; CORSO, A. M. As representações sobre trabalho de professores que atuam no PROEJA. Produção de conhecimentos de ensino médio integrado: dimensões epistemológicas e político-pedagógicas. 1ed.Rio de Janeiro: EPSJVFiocruz, 2014, v. 1, p. 93-102.

19. SILVA, M. R.; CORSO, A. M ; Almeida, A. . O Proeja: suas propostas e as condições de permanência de jovens e adultos. In: Natália Alves; Sonia Maria Rummert; Marcelo Marques. (Org.). Educação e Formação de Jovens e Adultos em Portugal e no Brasil: políticas, práticas, atores. 1ed.Lisboa, Portugal: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2014, v. 1, p. 172-185.

20. SILVA, M. R.; COLONTONIO, E. M. O currículo e a tendência à semiformação. In: Gesser, Verônica; Viriato, Edaguimar. (Org.). Currículo: Histórico, Teorias, Políticas e Práticas. 1ed.Curitiba: CRV, 2014, v. 1, p. 93-107.

21. SILVA, M. R.; COLONTONIO, E. M. Integração curricular entre educação geral e formação profissional: o que revelam as primeiras iniciativas para o ensino médio integrado e suas propostas pedagógicas. Ensino Médio Integrado: Travessias. 1ed.Campinas SP: Mercado de Letras, 2013, v. 1, p. 1-17.

22. SILVA, M. R. A política de integração curricular no âmbito do PROEJA? entre discursos, sujeitos e práticas. In: Dante Moura. (Org.). Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional. 1ed.Campinas SP: Mercado de Letras, 2013, v. 1, p. 1-17.

23. SILVA, M. R. Juventudes e ensino médio: possibilidades diante das novas DCN. In: José Clóvis de Azevedo; Jonas Tarcisio Reis. (Org.). Reestruturação do Ensino Médio: pressupostos teóricos e desafios da prática. 1ed.Porto Alegre: Fundação Santiliana, 2013, v. 1, p. 65-80.

24. SILVA, M. R.; COLONTONIO, E. M ; SANDRI, S. . O currículo integrado e o PROEJA: a experiência retratada nas pesquisas. In: ZANARDINI, I. M. S., LIMA FILHO, D. L; SILVA. m. r.. (Org.). Produção do Conhecimento no PROEJA: cinco anos de pesquisa. 1ed.Curitiba: Ed. UTFPR, 2012, v. 1, p. 39-64.

25. SILVA, M. R.. Currículo e cultura escolar: perspectivas para o estudo das políticas curriculares. In: Berbel, N.; Pullin, E.M.M.P.. (Org.). Pesquisa em

Educação: Inquietações e desafios. 1ed.Londrina: EDUEL - Ed. da Universidade de Londrina, 2012, v. 1, p. 01-21.

26. SILVA, M. R.; Almeida, A.; CORSO, A. M. A implantação do PROEJA no Paraná: desafios diante da integração curricular. In: SILVA, M. R.; LIMA FILHO, D. L. DEITOS, R. (Org.). PROEJA Educação Profissional Integrada à EJA: Questões Políticas, Pedagógicas e Epistemológicas. 1ed.Curitiba: UTFPR, 2011, v. 1, p. 161-178.

27. SILVA, M. R.; Lima Filho, D. L.; DEITOS, R. PROEJA - Educação profissional integrada à EJA: Questões políticas, pedagógicas e epistemológicas - Introdução. In: SILVA, M. R.; LIMA FILHO, D. L. DEITOS, R. (Org.). PROEJA Educação Profissional Integrada à EJA: Questões Políticas, Pedagógicas e Epistemológicas. 1ed.Curitiba: UTFPR, 2011, v. 1, p. 8-22.

28. CORSO, A. M.; SILVA, M. R. O trabalho na representação de professores que atuam na educação profissional integrada à EJA - PROEJA. In: SILVA, M. R.; Amorin, M. L. Viriato, E. O. (Org.). PROEJA: Educação profissional integrada à EJA Entre políticas e práticas. 1ed.Curitiba: Editora da UTFPR, 2011, v. 1, p. 13-32.

29. COLONTONIO, E. M. ; SILVA, M. R. . Políticas de formação para o trabalho: PROEJA e o eixo trabalho, cultura, ciência e tecnologia. In: SILVA, M. R.; Amorin, M. L. Viriato, E. O.. (Org.). PROEJA: Educação profissional integrada à EJA Entre políticas e práticas. 1ed.Curitiba: Editora da UTFPR, 2011, v. 1, p. 63-87.

30. Almeida, A. ; SILVA, M. R. . A problemática da evasão no processo de implantação do PROEJA no Estado do Paraná. In: SILVA, M. R.; Amorin, M. L. Viriato, E. O. (Org.). PROEJA: Educação profissional integrada à EJA Entre políticas e práticas. 1ed.Curitiba: Editora da UTFPR, 2011, v. 1, p. 133-160.

31. SILVA, M. R. Concepções de educação, currículo e reformas educacionais: elementos para pensar a educação do campo. In: MIRANDA, S.G.; SCHWENDLAR, S. (Org.). A educação do campo em movimento vol I. Curitiba: Editora da UFPR, 2010, v. I, p. 01-18.

32. SILVA, M. R. Educação e Trabalho: Contribuições aos estudos sobre formação e trabalho docente. In: Hagemeyer, Regina Cely de Campos. (Org.). Formação docente e contemporaneidade: as interfaces da pesquisa e a relação universidade escola. Curitiba: Editora da UFPR, 2010, v. p. 01-17.

33. SILVA, M. R.; COLONTONIO, E. M. O princípio educativo do trabalho e as possibilidades da formação unitária no âmbito do ensino médio integrado. In: PARANÁ; SEED; DET. (Org.). O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: concepções e construções a partir da implantação na rede pública estadual. Curitiba: SEED, 2008, v. 1, p. 1-17.

34. SILVA, M. R.; GOUVEIA, A. B.; SOUZA, A. R. ; SOARES, I. A. ; BRUEL, A. L. . Levantamento do custo aluno em escolas que oferecem condições de qualidade no Paraná. In: ARENZENA, N. (Org.). Custos e condições de qualidade da educação em escolas públicas: aportes de estudos regionais. 1ed.Brasília: MEC/INEP, 2006, v. 1, p. 109-132.

35. SILVA, M. R. Alfabetização: pressupostos para a formação do professor. In: Silva, M. R. (Org.). Ciências: formação de professores e ensino nas séries iniciais. Unioeste, Cascavel, PR. 1996. v , p. 13-22.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1. SILVA, M. R.; JORGE, C. M. Formação e escolarização de trabalhadores brasileiros no PROEJA: sentidos atribuídos por egressos. In: XXII Colóquio Diversidade e complexidade da avaliação em educação e formação: contributos da investigação, 2015, Lisboa - PT. XXII Colóquio Diversidade e complexidade da avaliação em educação e formação: contributos da investigação, 2015. v. 1. p. 01-17.

2. SILVA, M. R.; CORSO, A. M.; Almeida, A. O PROEJA: SUAS PROPOSTAS E AS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA OU ABANDONO DO JOVEM E ADULTO TRABALHADOR. In: VI Seminário Luso-Brasileiro Educação Trabalho e Movimentos Sociais, 2013. Anais do VI Selubet. Lisboa: Instituto de educação, 2013. p. 1-16.

3. CORSO, A. M.; SILVA, M. R. As representações sobre trabalho de professores que atuam no PROEJA: da representação moral do trabalho ao trabalho como auto-realização. In: V Simpósio Trabalho & educação, 2009, Belo Horizonte - MG. Anais, 2009. p. 01-13.

4. Almeida, A.; SILVA, M. R. A problemática da evasão no processo de implantação do PROEJA no estado do Paraná. In: V Simposio Trabalho & educação, 2009, Belo Horizonte - MG. Anais, 2009. p. 01-12.

5. SILVA, M. R.; CORSO, A. M. As representações do trabalho no âmbito dos professores do Programa de Integração entre a Educação Profissional e a Educação de Nível Médio na modalidade EJA - PROEJA. In: VI Seminário de Ciências Humanas, Letras e Artes de Irati, 2009, Irati. Diversidade: Ética, Educação e Cidadania, 2009, Irati - PR. VI Seminário de Ciências Humanas, Letras e Artes de Irati, 2009, Irati. Diversidade: Ética, Educação e Cidadania.

6. SILVA, M. R.; Almeida, A.; CORSO, A. M. A implantação do PROEJA no Paraná: percursos e percalços da construção de uma perspectiva curricular

integrada. In: XIV ENDIPE - ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 2008, Porto Alegre - RS. XIV ENDIPE - ANAIS, 2008. p. 01-15.

7. SILVA, M. R. A integração curricular entre educação geral e formação profissional: o que revelam as primeiras iniciativas no âmbito do ensino médio integrado. In: XIV ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2008, Porto Alegre - RS. XIV ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino - ANAIS, 2008. p. 01-08.

8. SILVA, M. R.; COLONTONIO, E. M.; PEREIRA, G. A. M. Ensino Médio Integrado: percursos da institucionalização da educação profissional integrada à educação geral: a experiência do estado Paraná (2004-2007). In: VII SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL - ANPED SUL, 2008, ITAJAÍ - SC. VII ANPED SUL PESQUISA EM EDUCAÇÃO E INSERÇÃO SOCIAL. Itajaí - sc: UNIVALI. p. 01-08.

9. SILVA, M. R.; CORSO, A. M.; Almeida, A. ; PEREIRA, G. A. M. . O princípio educativo do trabalho no âmbito do Documento Base do PROEJA. In: VII SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL - ANPED SUL, 2008, Itajaí - SC. VII ANPED SUL Pesquisa e Inserção Social. Itajaí SC: UNIVALI, 2008. p. 01-15.

10. SILVA, M. R.; ABREU, C. B. M. La reforma educacional implementada en Brasil (1990-2004): enunciados y formuladores. In: IV Congreso Nacional y II Internacional de Investigación Educativa: Sociedad, Cultura y Educación, 2007, Cipoletti – Rio Negro - Ar. IV Congreso Nacional y II Internacional de Investigación Educativa: Sociedad, Cultura y Educación. Cipoletti, Rio Negro, Ar: Universidad del Comahue, 2007. p. 01-14.

11. SILVA, M. R. O trabalho docente frente às políticas curriculares: a cultura escolar e os movimentos de apropriação dos dispositivos normativos oficiais. In: XIII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2006, Recife - PE. XIII ENDIPE, 2006. p. 01-17.

12. SILVA, M. R. Contribuições da linha de pesquisa Educação e Trabalho para o estudo dos processos de escolarização. In: II ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO, 2006, Curitiba - PR. Anais do II EBEM. Curitiba - PR: UFPR - Setor de Educação, 2006. v. 1. p. 01-14.

13. SILVA, M. R. A noção de competências, o currículo do ensino médio e a lógica da economia: formação administrada. In: Congresso Internacional Educação e Trabalho, 2005, Aveiro - Portugal. Anais do Congresso Internacional Educação e Trabalho, 2005. p. 01-17.

14. SILVA, M. R. Formação de professores no contexto da globalização: competências e produção do controle. In: Congresso Internacional Educação e Trabalho, 2005, Aveiro - Portugal. Anais, 2005. p. 01-17.

15. SILVA, M. R.; PAIVA, E. F.; BALZER, M. D.; BERNARDIM, M. L.; SELLA, M. R. M.; SANDRI, S. COMEGNO, L. M. A. Educação e Trabalho: investigando a categoria trabalho pedagógico escolar. In: XIX Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPR, 2005, Curitiba - PR. XIX Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão \CD-ROM. Curitiba, PR: UFPR/SETOR DE EDUCAÇÃO, 2005. p. 01-14.
16. SILVA, M. R. Tecnologia, trabalho e formação: educação tecnológica como competência e o currículo do ensino médio. In: Simpósio Nacional Tecnologia e Sociedade, 2005, Curitiba /PR. Anais. Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - PPGTE, 2005. p. 01-08.
17. SILVA, M. R. Trabalho, educação e políticas curriculares oficiais: a reforma do ensino médio em Curitiba/PR - 1998-2003. In: III Simpósio Trabalho e Educação, 2005, Belo Horizonte - MG. III Simpósio Trabalho e Educação - Anais. Belo Horizonte: NETE, 2005. p. 01-12.
18. SILVA, M. R.; BRUEL, A. L.; GOUVEIA, A. B. ; SOUZA, A. R. ; SOARES, I. A. . Os efeitos das reformas educacionais no financiamento da educação: análise dos recursos disponíveis em 13 escolas públicas do Paraná. In: Conferencia Internacional de Sociologia de la Educación, 2004, Buenos Aires. La responsabilidad social de la Sociologia de la Educación frente a los movimientos sociales emergentes. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2004. p. 01-15.
19. SILVA, M. R. Formação de professores e a noção de competências. In: Conferencia Internacional de Sociologia de la Educación, 2004, Buenos Aires - Argentina. La responsabilidad de la Sociologia de la Educación frente a los movimientos sociales emergentes. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2004. p. 01-12.
20. SILVA, M. R. Competências: fluidez e ambiguidades para administrar a formação do trabalhador. In: 27ª Reunião Anual da ANPED, 2004, Caxambu - MG. 27 ANPED Sociedade, Democracia e Educação. Qual Universidade? 2004. p. 01-17.
21. SILVA, M. R.; BRESSAN, V. L. P. O impacto das mudanças no mundo do trabalho: racionalidade tecnológica e Ensino Médio. In: I Seminário em estudos da Linguagem: formação docente e tecnologia, 2004, Cascavel - PR. Anais do I Seminário em Estudos da Linguagem: formação docente e tecnologia. Cascavel - PR: UNIOESTE, 2004. p. 01-08.
22. SILVA, M. R.; GOUVEIA, A. B.; SOUZA, A. R. ; BRUEL, A. L. ; SOARES, I. A. . Análise dos Recursos Financeiros Disponíveis em 13 Escolas Públicas do Estado do Paraná. In: XVIII Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2004, Curitiba - PR. SEPE 2004. Curitiba - PR: UFPR, 2004. p. 01-10.

23. SILVA, M. R. Pressupostos sociológicos para a organização do conhecimento na escola - Princípios norteadores da discussão de diretrizes curriculares. In: Seminário Elementos norteadores da discussão curricular na Educação de Jovens e Adultos, 2003, Curitiba - PR. Diretrizes Curriculares. Curitiba - PR: SEED/DEJA, 2003.
24. SILVA, M. R.. Currículo por competências e a reforma do ensino médio. In: II Congresso Internacional de Educação, 2002, Rio de Janeiro. Livro da Jornada. Curitiba - PR: Futuro, 2002. p. 226-238.
25. SILVA, M. R.. Saberes, habilidades, competências. In: 2º Congresso Brasileiro de Educadores Vicentinos, 2002, Curitiba/PR. 2º Congresso Brasileiro de Educadores Vicentinos. Livro do Congresso. Curitiba - PR: Educação Vicentina - Futuro, 2002. p. 99-106.
26. SILVA, M. R. A noção de competências e as novas diretrizes curriculares nacionais. In: III JORNADA DE EDUCAÇÃO DO NORTE E NORDESTE, 2001, Fortaleza. Livro da Jornada. Curitiba, PR: Futuro, 2001. v. 1. p. 73-81.
27. SILVA, M. R. O ensino médio no contexto da reforma curricular e do modelo de competências. In: Congresso Internacional Expoente de Educação, 2000, Curitiba, PR. Congresso Internacional Expoente de Educação - Anais. Curitiba/PR: Expoente, 2000. p. 216-225.
28. SILVA, M. R. Inclusão: um desafio ao ensino regular e especial. In: IX ENDIPE - Encontro nacional de Didática e Prática de Ensino, 1998, Águas de Lindóia. Anais do IX ENDIPE, 1998.
29. SILVA, M. R. A formação do educador na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. In: Semana de Educação da Universidade Federal do Sergipe, 1997, Aracaju - SE. Caderno da Semana de Educação. Aracaju: UF, 1997.